
O CUIDADO COMO RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO DE PRÁTICAS NOCIVAS À VIDA COLETIVA

Ilze Zirbel¹

Tânia Aparecida Kuhnen²

Resumo

Desde a publicação de *In a Different Voice* (1982), muitos foram os trabalhos dedicados a analisar os potenciais da ética do cuidado e esta passou a exercer influência para além do campo da psicologia do desenvolvimento moral e da filosofia moral. Neste artigo, defende-se que o cuidado é central à vida dos indivíduos, da sociedade e do próprio planeta, sendo um valor necessário à construção de políticas que visam o florescimento da vida individual e coletiva. De igual forma, a lógica do cuidado, que vê a todos os indivíduos como interligados e interdependentes, é descrita como contrária à lógica capitalista exploradora, hierárquico-dualista, marcada pela reprodução de diferentes sistemas de dominação, assim como confronta a subjetividade neoliberal que incentiva o egoísmo e a competição - práticas nocivas à manutenção dos laços sociais e da vida em comum. Nesse sentido, as práticas de cuidado representam um potencial de resistência individual e coletiva e contribuem para pensar políticas para uma sociedade mais justa para os diferentes sujeitos e suas respectivas subjetividades, incluindo a proteção ambiental.

Palavras Chave: Carol Gilligan; ética do cuidado; filosofia feminista; ecofeminismo

¹ (CESUSC) - izirbel@yahoo.com.br - ORCID: 0000-0001-6633-6525

² (UFOB) - tania.kuhnen@ufob.edu.br - ORCID: 0000-0001-6788-0784

CARE AS RESISTANCE AND CONFRONTATION OF HARMFUL PRACTICES AGAINST COLLECTIVE LIFE

Abstract

After the publication of *In a Different Voice* (1982), many works have been dedicated to analyzing the potentials of the ethics of care. Its influence exceeded the field of moral development psychology and moral philosophy. In this paper, it is argued that care is central to the lives of individuals, society, and the planet itself, being a central value to the construction of policies that aim at the flourishing of individual and collective life. Likewise, the logic of care, which sees all individuals as interconnected and interdependent, is described as contrary to the exploitative, hierarchical-dualistic capitalist logic, characterized by the reproduction of different domination systems. It also confronts the neoliberal subjectivity that encourages selfishness and competition, which are harmful to the maintenance of social ties and common life. In this sense, care practices represent a potential for individual and collective resistance and contribute to thinking about policies for a fairer society for different subjects and their subjectivities, including environmental protection.

Keywords: Carol Gilligan; care ethics; feminist philosophy; ecofeminism

Introdução

Na introdução ao seu livro *In a Different Voice: psychological theory and women's development* (1982), Carol Gilligan comenta haver identificado três problemas na teoria moral por meio de suas pesquisas: o problema da "representação, o da limitação na concepção da condição humana e o da omissão de certas verdades sobre a vida" (GILLIGAN, 1982, p. 11). O primeiro deles, o androcentrismo das teorias, fundamentava os demais, uma vez que dava primazia ao homem como objeto de estudo e modelo ideal para a conduta de homens e mulheres. Esse fato limitava a concepção de humanidade e, com isso, a descrição da realidade das sociedades e da organização da vida dentro delas.

Embora Gilligan tenha explorado mais diretamente os problemas de uma perspectiva limitada do desenvolvimento moral e seus impactos sobre a vida das mulheres, a concepção enviesada da humanidade é, claramente, uma questão política.

No decorrer do livro, outras questões políticas ficaram evidentes e foram encampadas por diversas pesquisadoras, assim como problemas epistêmicos e ontológicos que, por sua vez, não estão desatrelados das questões éticas e políticas. Um claro exemplo foi a discussão sobre a possibilidade de “determinismo biológico” ou “social” envolvendo as práticas e atitudes morais de cuidado, exercidas quase que majoritariamente por mulheres.

O fato do livro de Gilligan ser publicado em meio à efervescência do movimento feminista da segunda onda³ permitiu que fosse lido e discutido por diferentes feministas, de contextos diversos, que, por sua vez, encontravam-se engajadas em um processo de reflexão crítica sobre as mais variadas instituições sociais. Como era de se esperar, as discussões envolvendo a ética do cuidado rapidamente enveredaram para o campo político.

Se, em um primeiro momento, a questão do cuidado, conforme apresentado por Gilligan, ficou enredada no “paradoxo da igualdade-diferença”⁴, ela também seguiu um caminho paralelo com o trabalho de autoras como Nel Noddings (1984), Seyla Benhabib (1985), Sara Rudick (1984 e 1989), Virgínia Held (1995, 2006), Nancy Folbre (1999, 2000, 2008), Martha Finemann (1995), Eva Kittay (1999, 2002), Joan Tronto (1987, 1990, 1993), Karen Warren

³ Para uma releitura e aprofundamento da temática das ondas feministas, ver: Zirbel (2021).

⁴ Também conhecido como dilema de Wollstonecraft, um dilema que envolve enfatizar ou não a feminilidade e tudo o que é atrelado a ela, como algo próprio da mulher. Há quem defenda que é importante “marcar a diferença” (o feminino em relação ao masculino) e assumi-la como tal, e há quem defenda que essa atitude implica reforçar o sistema de gênero que, por sua vez, faz uso das diferenças para estabelecer uma superioridade do que é classificado como masculino em relação ao feminino (ZIRBEL, 2016, p.46-48). No caso da ética do cuidado, o dilema diz respeito ao fato de que valorizar o cuidado como algo feminino pode implicar a manutenção das mulheres no espaço do doméstico como principais responsáveis pelo conjunto das atividades ali exercidas.

(2000), Marti Kheel (2008), Alicia H. Puleo (2011), dentre outras. No Brasil, pode-se fazer menção às publicações recentes de Ilze Zirbel (2016, 2017, 2020), Daniela Rosendo (2015, 2020) e Tânia A. Kuhnen (2018, 2019, 2021).

Com a publicação de *Joining the Resistance* (2011), Gilligan deixou mais claro que sua ética do cuidado não deveria ser compreendida como essencialista. Ela passou a abordar de modo mais evidente o valor do cuidado não apenas para assumir responsabilidades no interior de relacionamentos humanos mais próximos, mas como um aspecto central da existência humana a integrar o campo do fazer político em sociedade. Trata-se do que se pode chamar de uma “virada teórica”, na qual o cuidado se torna um elemento-chave de resistência nas democracias patriarcalmente estruturadas. O cuidado, enquanto parte de uma ética humana, é fundamental para resistir às injustiças sistemáticas e estruturais decorrentes da lógica da dominação que continuam a afetar a vida de diferentes grupos sociais minoritários.

Muitas das discussões e questões apontadas por Gilligan e pelas diferentes autoras que estabeleceram um diálogo crítico com ela serviram de base para o que poderíamos chamar de uma teoria política feminista do cuidado que, apesar de ainda não estar completamente sistematizada é visível em várias publicações contemporâneas (ROBINSON, 1999; KITTAY, 1999; HELD, 2007; ENGSTER, 2007 e 2015; TRONTO, 2013; OROZCO, 2014; BRUGÈRE, 2019; ZIRBEL, 2016, dentre outros). Assim, hoje podemos falar em "disposições do cuidado", "senso de cuidado" e "lógica do cuidado" - apenas para dar alguns exemplos -, sendo possível, igualmente, usar o cuidado como conceito crítico, categoria de análise e um valor político-moral potente.

O argumento relativo ao cuidado como *central à vida humana* despontou rapidamente entre as filósofas e pesquisadoras, bem como o fato do conjunto das atividades e dispositivos de cuidado envolverem *relações desiguais* e pessoas com graus variados de vulnerabilidade em uma vasta rede de

interdependências materiais, sociais e ambientais. Além disso, a *lógica do cuidado* aplicada a humanos envolve muito mais do que manter um indivíduo vivo ou suprir suas necessidades físicas. Ela entrelaça-se com necessidades cognitivas e afetivas e com a complexa aquisição das habilidades necessárias para viver em sociedade – o que Virgínia Held (1987) chamou de o poder produtivo e transformativo de crianças em cidadãos e cidadãs.

A temática da interdependência apontou, igualmente, a impossibilidade de pensar a manutenção da vida humana como algo separado das questões ecológicas e ambientais. Nesse sentido, os contornos da teoria política feminista do cuidado permitem o enfrentamento do patriarcado e dos efeitos dos sistemas de dominação para além da humanidade. Embora Gilligan não tenha propriamente problematizado a lógica da dominação sobre formas de vida não humanas, autoras ecofeministas⁵ têm refletido, a partir do cuidado, sobre as interdependências humanas com outras espécies a fim de propor modos de organização da sociedade não assentados no paradigma da exploração e dominação.

Neste artigo, objetiva-se examinar diferentes facetas do cuidado para além do contexto inicialmente explorado por Carol Gilligan no livro pioneiro *In a Different Voice* (1982), que inaugurou uma tradição de reflexão interdisciplinar e colocou em diálogo pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento para repensar os rumos das sociedades democráticas. Parte-se do cenário do capitalismo neoliberal e de seus efeitos sobre a humanidade e a subjetividade, mais especificamente, para chegar em questões distintas que perpassam a vida coletiva. Busca-se reconhecer na lógica do cuidado a possibilidade da resistência

⁵ O ecofeminismo ou feminismo ecológico “pode ser definido como um conjunto múltiplo de teorias e práticas interconectadas que abrange os estudos animais, ambientais e feministas e que permanece unido pelas categorias fundamentais de suas abordagens: mulheres, animais e meio ambiente” (ROSENDO e KUHNEN, 2019, [s/p]).

ao capitalismo desenvolvimentista neoliberal, bem como um potencial para pensar outros modos de ser e viver a partir de subjetividades diversas, pautados no reconhecimento da importância da interdependência para a vida coletiva e extrapolando os limites da fronteira da espécie humana.

1 Capitalismo, subjetividade neoliberal e o cuidado como resistência

A filósofa Nancy Fraser defendeu, recentemente, uma visão do capitalismo como uma ordem social institucionalizada - e não apenas econômica - que produz formas de viver não desenvolvidas naturalmente, mas de maneira forçada e radicalmente diferentes das que a antecederam (FRASER e JAEGGI, 2020). O capital é descrito por ela como resultado não apenas da exploração (da força de trabalho), mas também da expropriação ilimitada das forças da natureza e de práticas racistas, imperialistas e de sujeição das mulheres - que aqui são chamadas de lógica da dominação baseada nos dualismos hierárquicos de valor, como se verá mais à frente a partir de Val Plumwood (1993) e Karen Warren (2000). Tomadas em conjunto, essas práticas sustentadas por hierarquias e por sistemas de opressão, dominação e exploração deterioram a vida individual e coletiva dos indivíduos, humanos e não humanos.

Feministas socialistas já apontavam para a necessidade que o capitalismo tem da reprodução da força de trabalho - e não apenas da produção de mercadorias (OROZCO, 2014). Também defenderam a relação disso com a exploração e expropriação das atividades domésticas, bem como com a manutenção das mulheres como sujeitos subordinados e com baixos salários para atividades consideradas femininas ou mesmo no caso de mulheres nos mais variados cargos. Teóricas do cuidado, por sua vez, apontam para essas questões e incluem o processo de socialização e subjetivação dos indivíduos como

igualmente necessário ao capitalismo e resultante das disposições e atividades de cuidado⁶.

O conjunto de atividades de cuidado é responsável pela formação dos sujeitos,

[...] mantendo-os como seres corpóreos e naturais, ao mesmo tempo que os constrói como seres sociais, formando seu *habitus* e a substância socioética na qual se movem. Central aqui é o trabalho de socialização dos jovens, de construção de comunidades e de produção e reprodução de significados compartilhados, disposições afetivas e horizontes de valor que sustentam a cooperação social, incluindo os modos de cooperação vinculados à dominação que caracterizam a produção de mercadorias. (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 46).

Como bem pontuou Fraser, em seu diálogo com Jaeggi (2020), a reprodução social é algo institucionalizado pela sociedade capitalista e o é com a intenção de produzir uma divisão entre produção de mercadorias e reprodução social; trabalho assalariado (considerado produtivo) e não assalariado (chamado de reprodutivo); trabalho de homens (valorizado) e trabalho de mulheres (desvalorizado). Essas separações são fundamentais à manutenção tanto do capitalismo como de um sistema hierárquico de gênero. Assim, tornou-se possível uma “colonização das idéias” que atrela o cuidado ao feminino, ao doméstico-privado e ao “amor” (algo que “não tem preço”) - como também indicaram Joan Tronto (1993) e Eva Kittay (1999), dentre outras -, o que permite que seja invisibilizado e deixado de fora das reflexões políticas e filosóficas.

Não refletir sobre o cuidado permite que os valores oriundos do raciocínio e da lógica do cuidado não sejam percebidos ou nomeados. E aqui podemos pensar no que Miranda Fricker (2007) chamou de “injustiça hermenêutica” e que está atrelada à não produção de conceitos relativos às experiências de certos grupos. Por muito tempo os dispositivos e atividades de

⁶ Fraser defende que a reprodução social é algo que “abarca a criação, socialização e subjetivação de seres humanos, em todos os seus aspectos”, algo que ocorre no lar, nas redes de vizinhanças, associações da sociedade civil e agências estatais (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 48).

cuidado não foram alvo de análises éticas e políticas, nem sua premissa da sustentação e florescimento da vida foi considerada como central para a produção da vida coletiva.

Acredita-se que os valores e o ferramental teórico advindos do campo das teorias do cuidado representam um importante e potente contraponto às práticas destrutivas do sistema capitalista e à uma subjetividade neoliberal que vem se impondo cada vez mais como modelo desejável de conduta. Tal modelo isola os indivíduos e transforma as mais variadas relações humanas - tanto as que seres humanos tecem entre si quanto as que têm com a natureza - em relações de exploração ou meramente utilitárias. Com essa deterioração das condições da vida coletiva, ela passa a ser, em sua maior parte, meramente uma reprodução da lógica da dominação, que acentua a vulnerabilização de grupos sociais minoritários e concebe as vidas não humanas como meros recursos.

1.1 A subjetividade neoliberal

Como bem apontou Daniel Engster (2015), uma das histórias mais contadas sobre as pessoas, no ocidente, é a de que são criaturas egoístas e competitivas por natureza⁷. Tais narrativas influenciam os comportamentos e a forma como os indivíduos veem a si e aos demais. Foucault (1994) já havia indicado o neoliberalismo como um tipo específico de governo ou mesmo uma arte de governar e regular a conduta dos indivíduos de acordo com uma certa expectativa do capitalismo. A forma mais efetiva de atingir esse propósito seria produzindo indivíduos - ou subjetividades - capazes de se adaptar a um mercado econômico competitivo no qual deixam de ser importantes as relações horizontais de troca e a relações de competição tornam-se centrais. Antes de

⁷ Como ocorre na ideia de “Estado de Natureza”, desenvolvida pelo filósofo político e moral Thomas Hobbes no *Leviathan*.

Foucault, Rousseau (1995) já havia indicado a possibilidade de produzir ativamente *subjetividades assujeitadas* em sua obra *Emílio*.

No *Emílio*, tem-se uma personagem secundária: Sofia. Contudo, ela não é menos importante ao projeto rousseauiano de produção de novos sujeitos, uma vez que representa as fêmeas da espécie humana. Como tal, deveria receber uma educação voltada à anulação da sua autonomia, à submissão e ao auto-sacrifício, bem como ao cuidado incondicional de seu companheiro e à família que formassem. Assim, seu esposo - o personagem central do livro e representante dos machos da espécie humana - poderia se beneficiar ao máximo das disposições e atividades de cuidado fornecidas à ele e desenvolveria plenamente suas potencialidades.

A subjetividade necessária à realidade neoliberal, no entanto, não visa o desenvolvimento da potencialidade e do florescimento humanos - nem de homens e menos ainda de mulheres. Trata-se de uma subjetividade que explora a si mesma. O grande modelo é o do empreendedor que investe em si, adequa-se à lógica da dominação e às regras de competição, desempenho máximo e adaptação constante.

O neoliberalismo se impõe como norma de vida e demanda uma nova identidade. Segundo essa norma, o neo-sujeito é seu próprio chefe e explora a si mesmo. Ele possui valores empresariais, sendo a concorrência e a eficiência dois valores centrais. Relaciona-se consigo mesmo como um “capital humano que deve crescer indefinidamente” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 31). Pensa ser livre, mas está assujeitado. Sua liberdade é a de negociar, empreender e arriscar-se. Acredita que possui escolhas, mas precisa ser eficaz e não pode falhar.

Brunela Casalini (2019) descreve a subjetividade neoliberal como a que aparenta demandar “auto-cuidado”, mas que, no fundo, não permite que isso se realize. “Investir em si mesmo” não é realmente uma opção, mas uma necessidade sistemática com implicações que costumam levar ao afastamento de

relações afetivas significativas, mais horas de trabalho, ansiedade, exaustão física e psicológica, podendo levar ao isolamento e à depressão. Além disso, a subjetividade neoliberal permite ou até exige, muitas vezes, a instrumentalização e exploração dos outros, impedindo relações sociais genuínas, inter-relacionamentos de cuidado e arruinando os vínculos afetivos. As tentativas de escapar a essa subjetividade são taxadas como fracasso individual.

Casalini (2019) observa, igualmente, que a subjetividade neoliberal está focada em uma “economia de promessas” na qual o futuro é colocado no centro da vida cotidiana como a única dimensão temporal merecedora de atenção. Em nome do futuro, muitos sacrifícios devem ser feitos. E podemos imaginar que o cuidado de si, dos demais seres humanos e não humanos, bem como da natureza pode ser negligenciado ou sacrificado por este futuro glorioso que não se realiza nunca.

O discurso da economia da promessa e da abundância sempre acompanhou também o processo colonial. Vandana Shiva e Maria Mies (1993) pontuam como a promessa do desenvolvimento para todos leva os países do Sul Global a cooperarem no avanço do sistema neoliberal proposto pelo Norte Global, a partir de sua posição de superioridade e seus padrões de consumo exacerbados. O resultado é a destruição de subjetividades diversas, aumento das desigualdades e a intensificação da exploração da natureza que está na base da crise ambiental.

Annemarie Mol (2008), por sua vez, aponta para uma “lógica neoliberal” que é apresentada aos indivíduos como uma prática de “escolhas racionais”. Fazer escolhas é algo visto, desde o início da modernidade, como “o próprio ato que transforma uma pessoa em um sujeito” (MOL, 2008, p. x). No entanto, tal prática não funciona tão bem quanto nos querem fazer crer, visto que as pessoas lidam, em geral, com um grande número de situações e em muitas delas certas escolhas não são possíveis. O exemplo usado por Mol é o do

adoecimento. Adoecer pode ser inevitável e doenças crônicas não costumam permitir a escolha de uma vida sem medicamentos ou sem certas restrições alimentares. Além disso, vários indivíduos não possuem as habilidades ou recursos materiais para escolher ou para funcionarem como sujeitos que fazem escolhas.

Mol (2008) salienta, igualmente, o fato de que quase ninguém, doente ou saudável, é realmente bom em fazer escolhas. “É difícil para todos nós avaliar as vantagens e desvantagens de um futuro incerto em relação a outro. Temos a tendência de fazer avaliações incorretas [...]. Também usamos o medo como nosso conselheiro ou deixamos que outras emoções obscureçam nossos julgamentos.” (MOL, 2008, p. 6). Nesse sentido, é muito comum que os sujeitos falhem muitas vezes na organização cotidiana das suas vidas.

O cuidado, por sua vez, diz respeito à organização da vida individual e coletiva. Se a subjetividade neoliberal assume que a sociedade é formada por indivíduos separados entre si que formam um coletivo, as teorias do cuidado a veem como uma rede de relações entre indivíduos interdependentes e que, por isso, têm a possibilidade de sobreviverem e se desenvolverem. Não é uma questão de "escolha", "empreendedorismo" ou "investimento em si" que molda as primeiras experiências dos indivíduos, mas o pertencimento e a necessidade de um coletivo. De igual forma, as experiências e conhecimentos variados, em conjunto, é que propiciam crescimento e os assim chamados “avanços tecnológicos”. O contexto da pandemia de Covid 19 exacerbou essas características que apontam para a condição vulnerável dos seres humanos e a necessidade de construir vínculos efetivos de afeto e cuidado para resistir às limitações da subjetividade neoliberal.

1.2 Cuidado como contraponto à subjetividade neoliberal

O cuidado está no centro da vida humana, sustenta a sociedade, torna a vida civil possível e mantém os ecossistemas. Engster (2015), ao comentar as histórias narradas pelas teorias políticas sobre um “estado de natureza” no qual seres humanos são descritos como egoístas e competitivos, observa que tais narrativas não influenciam apenas o comportamento e a imagem que os sujeitos formam dos demais, mas também o que consideram ser moral e politicamente possível. Elas limitam a imaginação e a prática social. Ele comenta ainda que:

Embora seres humanos sejam, sem dúvida, em parte egoístas e competitivos, também somos naturalmente inclinados ao cuidado e à compaixão. A biologia evolutiva, a neurociência e os estudos comportamentais apóiam de maneira esmagadora essa conclusão. Uma ordem política solidária não está, portanto, fora de nosso alcance. Longe de ser uma teoria moral e política utópica, a ética do cuidado está firmemente enraizada na natureza humana. (ENGSTER, 2015, p. 228).

Essas conclusões de Engster refletem os insights que Gilligan já havia apresentado em *Joining the resistance* (2011). Conforme a autora, ao longo dos últimos anos, observa-se uma confluência de evidências nas ciências humanas - psicologia e sociologia do desenvolvimento, antropologia evolucionária - de que os seres humanos são responsivos e relacionais, dotados de uma voz voltada para os relacionamentos, a empatia e a cooperação, que os permitiu sobreviver enquanto espécie. Nesse sentido, pode-se afirmar que a lógica do cuidado é inerente aos seres humanos, ao passo que a lógica da dominação é resultado de uma ordenação hierárquica sustentada no patriarcado e no sistema capitalista neoliberal.

O individualismo neoliberal é um tipo de ficção sustentada para manter os privilégios de alguns poucos que afirmam sobre si mesmos que suas atividades são mais importantes e, por isso, devem ser melhor remuneradas. As mesmas narrativas também diminuem o valor das atividades de cuidado e

situam certos grupos sociais em lugares de subalternidade fazendo coincidir as atividades que exercem com as atividades de cuidado. Assim, como bem argumentou Tronto (1993), os sujeitos privilegiados conseguem se desobrigar do cuidado de si e de outrem ao mesmo tempo que se fazem servir pelos representantes dos grupos subalternizados.

Assumidas como “atividades inferiores” ou “não necessárias”, as atividades de cuidado são desvalorizadas como o são as pessoas que as exercem – em geral mulheres de certas classes e raças, pessoas de pouco poder aquisitivo e migrantes. De forma semelhante, esse tipo de individualismo desvia o olhar da responsabilidade coletiva perante a natureza – fonte mais básica de sustentação material – e seus múltiplos ecossistemas. Como observa Orozco (2014, p. 239), “se todos agíssemos de acordo com esses preceitos [neoliberais], não haveria sociedade possível, porque ninguém estaria encarregado de sustentar a vida como um todo”.

Segundo a lógica do cuidado, todos os sujeitos são interligados e interdependentes de diversas maneiras e isso não é um problema ou algo que deva ser visto de forma pejorativa. Pelo contrário, é da vida em comum que advém as grandes alegrias, o desenvolvimento individual e coletivo, assim como a sobrevivência dos indivíduos e das sociedades. Assim sendo, o cuidado deveria ser reconhecido como um valor político-moral central.

Ainda conforme a lógica do cuidado, é preciso assumir as responsabilidades individuais diante de quem precisa de cuidados para suprir suas necessidades afetivas, cognitivas, sociais e materiais – como ocorre no caso de pessoas e espécies companheiras que vivem na proximidade de seres humanos e encontram-se em situação de dependência acentuada. É preciso, igualmente, assumir responsabilidades coletivas que implicam não causar dano evitável e permanente a outros indivíduos, humanos e não humanos, e ao meio

ambiente, assim como manter as conexões (saudáveis, construtivas e necessárias) com os outros.

Tendo por base os problemas presentes no capitalismo e na subjetividade neoliberal que lhe é inerente, a lógica do cuidado exige que se pense em outras formas de subjetividades que rompam com às estratégias de opressão e exploração características do sistema econômico vigente. Para tanto, pode-se partir das experiências de resistência traduzidas em formas de organização social que podem ainda ser encontradas em diferentes lugares do planeta, a exemplo das práticas de cuidado de mulheres agricultoras localizadas sobretudo no Sul Global, que apontam para o reconhecimento de interligações e interdependências com outros seres, humanos e não humanos. Tais experiências estão no centro da análise de diferentes autoras ecofeministas e permitem destacar o potencial de transformação das sociedades neoliberais pela ética do cuidado, tanto enquanto prática individual quanto como parte de projetos políticos.

2 Resistência do cuidado e interdependência para além da humanidade

Se em *In a Different Voice* (1982), Gilligan trouxe à tona uma série de problemas relacionados ao androcentrismo na compreensão da moralidade humana e, por conseguinte, na própria concepção de humanidade e sua organização, revelando diversas questões políticas, entre as quais as aqui discutidas a partir do capitalismo e da subjetividade neoliberal, a própria organização da humanidade enquanto espécie superior a todas às demais também pode ser interpretada como um reflexo do patriarcado e do androcentrismo. Trata-se de uma visão parcial sobre o lugar dos seres humanos, que definem as prerrogativas e privilégios de descuidar dos outros para si, em meio às diferentes formas de vida coabitantes no planeta, gerando uma realidade nociva à vida coletiva.

É claro que, diferentes seres humanos, a depender dos marcadores sociais da exclusão que os afetam, não se beneficiam igualmente dos privilégios da falta de cuidado. Ao contrário, alguns são impactados de forma mais acentuada pelas consequências da deterioração das condições da vida individual e coletiva, a falta de relações sociais genuínas e a exploração da natureza. Há grupos humanos minoritários que seguem na luta política pela resistência frente às ameaças do capitalismo desenvolvimentista e neoliberal, que limita as condições de formação da subjetividade e destrói identidades e modos de vida mais integrados à natureza, a exemplo das diferentes etnias originárias do território brasileiro.

A partir da realidade da lógica do capital e da dominação, em que a exploração da natureza é cada vez mais acentuada, a ética do cuidado apresenta um potencial para o reconhecimento das relações de interdependência dos seres humanos com as demais espécies e seres vivos que compartilham consigo a comunidade de vida na terra⁸. Diferentes autoras ecofeministas têm analisado o potencial do cuidado para pensar as relações entre seres humanos e não humanos em meio a abordagens de ética animal e ambiental, afirmando que isso exige olhar para o contexto político no qual as relações hierárquicas e de dominação são prevalentes⁹.

⁸ No Brasil, cabe destacar o trabalho de Leonardo Boff que, em *Saber cuidar* (2014), tem refletido sobre uma ética holística do cuidado. Entre outras questões, Boff (2014) investiga as patologias e a falta de cuidado situadas na raiz da crise que afeta a humanidade.

⁹ Para saber mais sobre a tradição da ética do cuidado na ética animal, sugere-se o livro *The feminist care tradition in animal ethics* (2007), editado por Josephine Donovan e Carol J. Adams. Nessa coletânea, vários artigos destacam a contribuição da ética do cuidado, sobretudo enquanto sinônimo de atenção, para refletir sobre as particularidades do sofrimento individual do animal. Ao mesmo tempo, na *Introduction*, Donovan e Adams (2007, p. 3) argumentam que “a tradição do cuidado feminista na ética animal inclui uma análise política sobre a razão pelas quais animais são abusados”. Portanto, também nesse campo teórico, questões políticas e econômicas vinculadas à identificação das causas históricas da exploração endêmica e extensiva dos animais para fins humanos tornam-se centrais.

Há uma evidente preocupação em repensar as bases da organização da vida coletiva, de modo a promover subjetividades diversas e plurais. Ao questionar os sistemas de dominação por trás da crise ambiental e social, tais autoras buscam novos modos de conceber a vida humana em meio às outras formas de vida, desde uma perspectiva ético-política, não centrada na separação, dominação, exploração e conservação da vida. Para tanto, defendem modos de produção e economia a partir da subsistência, de princípios solidários, da agroecologia, fomentando aproximações mais justas interespecies e em meio a comunidades humanas.

Plumwood (1993) aponta para a necessidade de desenvolver estratégias e políticas que possam reconectar o humano àquilo que está para além do humano para enfrentar a crise ambiental global¹⁰. A autora destaca a importância de construir uma preocupação genuína com a natureza e a equidade entre espécies e gerações por meio de uma nova identidade humana e social em relação à natureza. Tal identidade deve se opor e resistir à instrumentalização e mercantilização da natureza, característica do modo de vida social e econômico atual.

Na América Latina, Maristella Svampa (2015) observa a emergência de um ecofeminismo popular e da sobrevivência, em que a interdependência com a natureza e o reconhecimento da “ecodependência” são centrais, juntamente com valores como a cooperação, a reciprocidade e a complementaridade:

[...] a linguagem da valorização das mulheres, emoldurada pela cultura do cuidado, tende a expressar um *ethos* pró-comunal potencialmente radical, que concebe as relações sociais desde outra lógica e outra racionalidade, questionando o fato capitalista a partir do reconhecimento

¹⁰ Para as ecofeministas, a crise ambiental é resultado de sistemas de opressão que se reforçam mutuamente, a exemplo do racismo, sexismo, capacitismo, classismo, imperialismo, colonialismo, naturismo, especismo e heterossexismo. Embora essas ideologias possam ser separadas para fins conceituais, ecofeministas afirmam que são melhor entendidas como campos de força que se inter cruzam em maior ou menor grau e extensão, para criar um sistema contextual intrincado de opressão (GAARD e GRUEN 2005 *apud* ROSENDO e KUHNEN, 2019).

da ecod dependência e da valorização do trabalho de reprodução do social. [...] o ecofeminismo contribui para um olhar sobre as necessidades sociais, não como uma carência ou desde uma visão miserabilista, mas do resgate da cultura do cuidado como inspiração central para pensar uma sociedade ecológica e socialmente sustentável, por meio de valores como reciprocidade, cooperação e complementaridade. (SVAMPA, 2015, p. 131).

A racionalidade moderna, o patriarcado e o processo de emancipação da natureza, segundo autoras ecofeministas, levaram ao estabelecimento de dualismos hierárquicos de valor e da lógica da dominação, que afetam grupos humanos e seres não humanos em sua existência. Plumwood (1993, p. 42) afirma que os dualismos são “formas alienadas de diferenciação, na qual o poder interpreta e constrói a diferença em termos de um reino inferior e estranho”, que é subordinado, dominado e colonizado.

Warren (2000, p. 46) argumenta que há estruturas conceituais que historicamente “mantêm, perpetuam e ‘justificam’ a dominação sobre mulheres, outros humanos subordinados e a natureza não humana”. A estrutura conceitual opressiva é marcada por pensamentos de valor hierárquico (há os de cima, que possuem mais valor, e os de baixo, que possuem menos valor), que sustenta dualismos em oposição, criando e perpetuando privilégios para os grupos de cima que exercem poder sobre os de baixo. Todo esse processo é intermediado por uma estrutura lógica de argumentação que justifica a dominação e a subordinação, cujo efeitos incluem, por exemplo: limitações na própria construção da identidade dos membros do grupo subordinado para preservar interesses de grupos dominantes; o tratamento destrutivo da natureza e de membros de grupos subordinados sem nenhuma boa razão; e a desvalorização de todos os modos de vida – humanos e não humanos – que não se resumem ao padrão do enquadramento dualista, contemplado, por exemplo, pela já referida subjetividade neoliberal.

Os aspectos apontados acima estão na raiz da visão instrumental da natureza e das diferentes espécies não humanas para fins humanos vigente de forma hegemônica no sistema capitalista neoliberal e patriarcal. O capitalismo vê a natureza como um recurso de exploração ilimitada em “benefício” humano - ainda que o grupo humano com acesso pleno a esses supostos benefícios seja significativamente restrito, excluindo sobretudo populações do Sul Global, a quem cabe a exploração colonial, ambiental, econômica, social e política para sustentar padrões de consumo do Norte Global. Shiva e Mies (1993) acrescentam que os custos da destruição da economia de mercado são exteriorizados e divididos desigualmente entre vários grupos econômicos, sendo suportados, em grande medida, por mulheres e outras minorias que se abastecem da natureza para as necessidades materiais básicas.

A ética do cuidado aponta para a necessidade de superação dos dualismos hierárquicos - por exemplo, masculino/feminino, homem/mulher, humano/natureza, humano/animal, entre outros - para que o reconhecimento da interdependência e, por conseguinte, das experiências relacionais complementares e não separatistas, intergêneros e interespécies, possam levar a outros conhecimentos sobre os diferentes modos de ser humano e as formas de vida não humanas. Ao focar as interligações e interdependências, intra e interespécies, e reconhecer a vulnerabilidade da vida, a ética do cuidado busca compreender melhor as relações que existem entre as diferentes formas de vida humanas e não humanas, rompendo a concepção tradicional e historicamente arraigada, do domínio humano sobre as demais formas de vida, preponderante na subjetividade neoliberal.

No caso específico das interdependências ecológicas e ambientais, uma mudança de atitude por parte dos agentes morais individuais depende, em certa medida, de um “giro reflexivo” que rompa com o dualismo humano *versus* não humanos, para o qual o desenvolvimento da habilidade humana do cuidado

é fundamental. Nas palavras de Shiva e Mies (1993), tradicionalmente, a subjetividade humana é construída a partir do ideal da emancipação humana da natureza, sendo o humano concebido não como parte da natureza, mas como seu dono e senhor. Nesse sentido, para estabelecer relações éticas interespecies que não sejam apenas reativas (SHIVA e MIES, 1993), de resolução de conflitos (WARREN, 2000) ou heróicas (KHEEL, 2008), isto é, que se preocupem somente com as consequências mais perigosas das invenções humanas ou que “naturalizam” condutas humanas exploratórias em relação aos animais não humanos e à natureza, é preciso olhar para as interdependências e as obrigações de cuidado por elas geradas. As práticas de cuidado devem nortear a decisão de manter, promover e melhorar o bem-estar das partes interessadas ou, pelo menos, não lhes causar danos desnecessários (WARREN 2000).

Presencia-se atualmente o aprofundamento dos problemas ecológicos e ambientais em razão das mudanças climáticas. O sexto relatório (AR6 - *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) alerta para uma série de mudanças em um futuro próximo. Nesse contexto, Trish Glazebrook (2016) chama a atenção para a necessidade de proteção dos modos de vida de mulheres do Sul Global, que provavelmente serão mais afetadas pelas consequências das mudanças climáticas acentuadas pela lógica do capital. A autora procura evidenciar como a agricultura de subsistência desenvolvida por essas mulheres, mais especialmente no país de Gana, por ela investigado, constituem práticas de cuidado não redutíveis à lógica da dominação do capitalismo global.

Com base nos resultados do quinto relatório (AR5 - *Fifth Assessment Report*) do IPCC - recentemente corroborado pelo sexto relatório mencionado anteriormente, Glazebrook (2016) afirma que o aumento da temperatura ao redor do planeta não será distribuído de maneira uniforme, atingindo de forma mais severa certas regiões. Isso impacta a segurança alimentar, os sistemas

alimentares, as condições materiais da vida diária e os meios de subsistência no caso das práticas agrícolas de grupos socialmente, politicamente e institucionalmente marginalizados, tornando-os mais vulneráveis aos efeitos da mudança do clima.

Conhecimentos e práticas de agricultura baseadas na lógica do cuidado, historicamente invisibilizados, encontram-se ameaçados diante da mudança climática e, por isso, para além de condutas individuais de sujeitos morais, demandam políticas que possam atentar para esses aspectos e ser sensíveis às especificidades da realidade das mulheres e de outros grupos vulneráveis. Os esforços locais dessas mulheres e seus conhecimentos são centrais para garantir a alimentação em diferentes partes do mundo. Isso é fundamental para combater a crescente crise na agricultura e segurança alimentar em diferentes países do Sul Global, sobretudo, associada à intensificação da exploração da natureza em razão da agricultura de larga escala e da produção de *commodities* (GLAZEBROOK, 2016).

Preocupações semelhantes haviam sido apontadas por Shiva e Mies (1993), ao trazerem à tona o contexto de mulheres do Sul Global, que sofrem o maior impacto negativo da dominação da natureza e do sistema que constitui uma ameaça à vida do planeta. Para as pensadoras, é fundamental valorizar o conhecimento produzido pelas mulheres que garantem o sustento da vida e a preservação da diversidade em contraposição às monoculturas. A diversidade está na base das políticas reivindicadas pelas mulheres e das políticas ecológicas. O trabalho agrícola de cultivo e preparação de alimentos realizado pelas mulheres parte de uma abordagem relacional, depende do conhecimento dos ciclos diversos da natureza e das sementes e, nesse sentido, do reconhecimento de que a vida humana está integrada à natureza. Tratam-se de subjetividades que divergem do projeto capitalista neoliberal.

Na América Latina, Svampa (2015) menciona que as lutas pela defesa do território e da vida, protagonizadas por mulheres e suas formas de auto-organização coletiva, levam a um paradigma alternativo de relação com a natureza, que reconhece a continuidade e interdependência entre as formas de vida. A preocupação ecológica se torna parte dessa luta política e coloca em questão os dualismos hierárquicos e sistemas de dominação que afrontam modos de vida e as subjetividades dos povos originários.

Cabe também destacar a importância do trabalho da agricultura familiar e de subsistência desenvolvido por mulheres no Brasil. O movimento da Marcha das Margaridas¹¹ pode ser compreendido como resultado da conjunção das práticas de cuidado desenvolvidas por diferentes mulheres situadas em diversas regiões no Brasil. Os documentos que nortearam a Marcha das Margaridas de 2019 são resultado de um trabalho coletivo e de participação para identificar as demandas da realidade das diferentes mulheres que compõem o cenário rural brasileiro. Tais documentos tomam como ponto de partida a necessidade de afirmar a diversidade das mulheres:

Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, urbanas, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedeadas, geraizeiras, e tantas outras, negras na grande maioria.” (CONTAG, Plataforma Política, 2019, p. 4).

¹¹ A Marcha das Margaridas é um movimento social brasileiro de abrangência nacional que recebe apoio de diferentes organizações da sociedade civil, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) dos diferentes Estados brasileiros. O nome do movimento é inspirado na líder sindical paraibana assassinada em 1983, Margarida Alves, precursora na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo (CONTAG, 2021).

Muitas das experiências diversas que formam a subjetividade dessas mulheres que integram a Marcha das Margaridas estão pautadas na construção de redes de apoio e práticas de cuidado que buscam o florescimento da vida coletiva em vez de sua negação¹².

Conforme destaca Glazebrook (2016), ao se distanciar de uma concepção androcêntrica da razão, a ética do cuidado incentiva a ampliação das práticas pautadas na lógica do cuidado e, conseqüentemente, ajuda a se distanciar da lógica da dominação e dos sistemas de exploração do lucro na base das injustiças sociais. São práticas que se direcionam para uma *práxis* de afirmação da vida para ecossistemas e coabitantes planetários.

Tais práticas vão ao encontro de uma perspectiva ecofeminista que, segundo Shiva e Mies (1993, p. 15), necessita de “uma nova cosmologia que reconhece que a vida na natureza (incluindo os seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos”. O respeito e a preservação da diversidade de todas as formas de vida, junto com suas expressões culturais como verdadeiras fontes de bem-estar, exigem conter, curar as feridas causadas pela dominação humana sobre a natureza e religar as teias da vida de forma não destrutiva, tendo em vista a constituição da democracia das formas de vida na terra (SHIVA e MIES 1993).

Em suma, a construção de políticas de cuidado para o florescimento da vida individual e coletiva, que reflitam a resistência e o enfrentamento de práticas neoliberais nocivas à vida, necessita contar, portanto, com a participação dessas mulheres, situadas em diferentes contextos e com diferentes conhecimentos práticos sobre o cuidado para a sustentação da vida coletiva. Ecofeministas apontam que essas políticas devem proteger populações vulneráveis da violência capitalista e patriarcal (SHIVA e MIES, 1993), incentivar

¹² Para uma análise mais detalhada sobre o movimento Marcha das Margaridas a partir de um aporte teórico ecofeminista, ver: Kuhn (2020).

a economia solidária (SALLEH, 1992, 2010), a agricultura de subsistência (SHIVA e MIES, 1993) e de sobrevivência (SVAMPA, 2015), bem como promover a adaptação das mulheres aos efeitos das mudanças climáticas, principalmente no Sul Global (GLAZEBOOK, 2016).

Considerações finais

Em *In a Different Voice*, Carol Gilligan apontou para uma forma de compreender as relações morais, orientada pelo cuidado e pela percepção de que vivemos em um mundo "constituído de relacionamentos e não de pessoas isoladas" (GILLIGAN, 1982, p. 158). Essa outra perspectiva percebe as vidas individuais interligadas e opera com a noção de vida coletiva. Nesse sentido, há um senso de responsabilidade que inclui o eu e o outro, vistos como diferentes, mas ligados ao invés de separados e opostos.

Ao longo deste artigo, defendeu-se que a vida coletiva e as responsabilidades que ela implica abrangem também as demais espécies do planeta e seus variados ecossistemas. De igual forma, argumentou-se que a lógica do cuidado permite o enfrentamento das práticas destrutivas e opressoras do capitalismo neoliberal e patriarcal, bem como da padronização da subjetividade a partir do neoliberalismo. Buscou-se, ainda, explorar diferentes potenciais do cuidado como um elemento central para romper as estruturas de dominação e exploração da sociedade atual.

Juntar-se à resistência da humanidade que se organiza em torno de estruturas horizontais de cooperação, de inter-relacionamentos de cuidado que reconhecem a condição de vulnerabilidade da vida, é fundamental para pensar outros modos de ser e viver compatíveis com a democracia de todas as formas de vida na terra. Nesse contexto, teóricas ecofeministas têm procurado remodelar

o debate ambiental a partir do reconhecimento da interdependência e da importância das práticas do cuidado.

A ética do cuidado, ao exigir uma responsabilidade ativa pelo bem-estar do outro e reconhecer as relações de interdependência entre diferentes formas de vida, para além de obrigações socialmente determinadas, está comprometida com a transformação social. As ações morais individuais, os projetos e programas políticos coletivos precisam expressar o cuidado e a responsabilidade nas relações, bem como tomar o caminho da prevenção por intermédio de um compromisso coletivo com o bem-estar e a preservação de todas as formas de vida.

As democracias, para serem efetivamente justas e sustentáveis, demandam esforços interdisciplinares pautados em práticas de cuidado responsável para conceber estruturas que produzam e sustentem a vida, bem como as subjetividades diversas e plurais, ao invés de explorar e destruir tantas vidas em favor de algumas. Construir uma democracia na qual prepondera a lógica do cuidado exige também respeitar a diversidade dos modos de vida das comunidades humanas mais integradas ao meio ambiente, sem colonizá-las com as necessidades de consumo criadas pelo capitalismo. As reivindicações de muitas mulheres organizadas em movimentos políticos mostram que é possível reconceber as relações com a natureza, por meio de práticas de subsistência e cuidado, que expressam uma proximidade, interligações, interdependência e o respeito pela natureza, não percebida como um mero recurso, incentivando, assim, o desenvolvimento de subjetividades diversas para fazer florescer a vida coletiva.

Referências

BENHABIB, Seyla. The Generalized and the Concrete Other: The Kohlberg-Gilligan Controvers and Feminist Theory. **PRAXIS International**, v. 4, p. 402-424, 1985. Disponível em: www.ceeol.com. Acesso: 13 de abril de 2015.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BRUGERE, Fabienne. **Care Ethics: the introduction of care as a political category**. Leuven/Paris/Bristol: PEETERS, 2019.

_____. **L'Étique du "Care"**. Paris: PUF, 2011. (Coleção: Que sais-je?)

CASALINI, Brunella. Care of the Self and Subjectivity in Precarious Neoliberal Societies. **Insights of Anthropology**, v. 3, n. 1, p. 134-139, 2019.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Marcha das Margaridas**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=614&ap=1&nw=1>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

_____. **Plataforma Política - Marcha das Margaridas 2019: por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência**. Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A fábrica do sujeito neoliberal. In: DARDOT, P. e LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016, cap. 9, p. 321-376.

DONOVAN, Josephine; ADAMS, Carol J. (Eds.). **The feminist care tradition in animal ethics: a reader**. New York: Columbia University Press, 2007.

ENGSTER, Daniel. Care in the state of nature. In: ENGSTER, Daniel; HAMINGTON, Maurice. **Care Ethics and Political Theory**. Oxford Scholarship, 2015, cap.13, p. 227-251.

_____. **The Heart of Justice: Care Ethics and Political Theory**. Oxford University Press, 2007.

FINEMAN, Martha Albertson. **The Neutered Mother, The Sexual Family and other Twentieth Century Tragedies**. Nova Iorque: Routledge, 1995.

FOLBRE, Nancy e ENGLAND, Paula. The cost of caring. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Special issue, Emotional Labor in the Service Economy. Jan. 1999, v. 561, p. 39-51.

FOLBRE, Nancy e NELSON, Julie. For love or money - or both? **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 4, 2000, p. 123-140.

FOLBRE, Nancy. **Valuing children rethinking the economics of the family**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994, v. 4.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. Oxford University Press, 2007.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice: psychological theory and Women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

_____. **Joining the resistance**. Cambridge: Polity, 2011.

_____. La ética del cuidado. **Cuadernos de la Fundación Víctor Grífols i Lucas**, Barcelona, n. 30, 2013.

GLAZEBROOK, Trish. Climate adaptation in the global south: funding women's farming. In: PHILLIPS, Mary; RUMENS, Nick. (Eds.). **Contemporary perspectives on ecofeminism**. Routledge, New York, 2016, p. 111-131.

HELD, Virgínia. The Meshing of Care and Justice. **Hypatia**, vol. 10, nº 2, 1995, p. 128-133. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/77214396/Meshing-Care-and-Justice>. Acesso em: 14 de outubro de 2012.

_____. Feminism and Moral Theory. In: KITTAY, E e MEYERS, D. (eds.), **Women and Moral Theory**, Savage, Md.: Rowman and Littlefield, 1987.

_____. **The Ethics of Care: Personal, Political and Global.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

KHEEL, Marti. **Nature Ethics: an ecofeminist perspective.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

KITTAY, Eva Feder. When Caring is Just and Justice is Caring. In: KITTAY, Eva Feder; FEDER, E. K. (Eds.). **The subject of Care: feminist perspectives on dependency.** Rowman & Littlefield Publishers, 2002, p. 257-276.

_____. **Love's Labor: Essays on Women, Equality, and Dependency.** New York: Routledge, 1999.

KUHNEN, Tânia A. **Ética do cuidado: diálogos necessários para a igualdade de gênero.** Florianópolis: Ed.da UFSC, 2021.

_____. Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano, **Revista Sul Sul**, n. 1, v. 1, p. 124-147, 2020.

_____. Vulnerabilidade e desigualdade moral de gênero: cuidado e direitos na formação do agente moral. **Kalagatos - Revista de Filosofia**, v. 15, p. 85-112, 2018.

MERLIN, Nora. Colonización de la subjetividad y neoliberalismo. **Revista GEARTE**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 272-285, maio/ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.22456/2357-9854.92906>.

MOL, Annemarie. **The logic of care: health and the problem of patient choice.** New York: Routledge, 2008.

NODDINGS, Nel. **Caring: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education.** Berkeley: University of California Press, 1984.

OROZCO, Pérez Amaia. **Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). **AR6 - Climate Change 2021: The Physical Science Basis.** Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature.** Londres: Routledge, 1993.

PULEO, Alicia H. **Ecofeminismo para otro mundo posible**. Madrid: Cátedra, 2011.

ROBINSON, Fiona. **Globalizing Care: Ethics, Feminist Theory, and International Relations**. Boulder/Colorado: West View Press, 1999.

ROSENDO, Daniela; KUHNEN, Tânia A. Ecofeminismo. In: LEAL FILHO, W. *et al* (Eds.). **Encyclopedia of the UN sustainable development goals**, v. 1. Springer International Publishing, 2019 [e-book].

ROSENDO, Daniela. **Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista**. Curitiba: Prismas, 2015.

ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fábio A. G. O descuido como uma forma de injustiça: contribuições a partir de olhares ecofeministas. **Revista Mais que Amélias**, n. 7, ano 2020. Dossiê Especial Ética do Cuidado. Disponível em: https://8817bea9-051e-4071-aa02-bb0ea330c83e.filesusr.com/ugd/cafbb5_cbd3c589764443758f230040c96d7a34.pdf. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

ROUSSEAU, Jean. **Emílio ou da educação**. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

RUDDICK, Sara. **Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace**. Boston: Beacon Press, 1989.

_____. **Maternal Thinking**. In: TREBILCOT, Joyce (Ed.). **Mothering: Essays in Feminist Theory**. Totowa/New Jersey: Rowman & Allanheld, 1984.

SALLEH, Ariel. Ecosocialismo-Ecofeminismo. **Nueva Sociedad**, n. 122, p. 230-233, 1992.

_____. El movimiento ecofeminista y la economía solidaria. **Veredas**, n. 21, p. 71-79, 2010.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria; . **Ecofeminismo**. Lisboa: Piaget, 1993.

SVAMPA, Maristella. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad**, n. 256, p. 127-131, mar./abr., 2015.

TRONTO, Joan C. Toward a Feminist Theory of Caring. In: ABEL, E.; NELSON, M. (Eds.), **Circles of Care**. Suny Press: Albany, 1990, p. 36-54.

_____. **Moral Boundaries**: a political argument for an ethic of care. New York: Routledge, 1993.

_____. Beyond Gender Difference to a Theory of Care. **Signs**, v. 12, n. 4, Within and Without: Women, Gender, and Theory, Summer, 1987, p. 644-663.

_____. **Caring Democracy**: markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013.

WARREN, Karen. **Ecofeminist Philosophy**: a western perspective on what is and why it matters. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.

WHITE, Julie Anne. Practicing care at the margins. Other-mothering as public care. In: ENGSTER, Daniel; HAMINGTON, Maurice (Eds). **Care Ethics and Political Theory**. Oxford Scholarship, 2015, p. 208-224.

ZIRBEL, Ilze. Cuidado, Masculinidades e Responsabilidade Social. **Revista Mais que Amélias**. n. 7, ano 2020. Dossiê Especial Ética do Cuidado. Disponível em: https://8817bea9-051e-4071-aa02-bb0ea330c83e.filesusr.com/ugd/cafb5_eaafd0741c0f4d4899b325efeaedabc.pdf. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

_____. Ondas do Feminismo. Campinas: **Blogs de Ciência da Universidade de Campinas**: Mulheres na Filosofia, v. 7, n. 2, 2021. p. 10-31. Disponível em: <http://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

_____. Reflexões feministas sobre igualdade como uniformização e igualdade relacional. **Revista Perspectiva Filosófica**, v. 43, n. 1, 2016, p. 39-55. Dossiê "Feminismos": Um debate necessário. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230293/24500>. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

_____. Teorias Políticas, Justiça, Exploração e Cuidado. **Revista Guairacá de Filosofia**. Guarapuava, v. 33, n. 1, 2017, p. 48-64. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/5061>. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

_____. **Uma Teoria Político-feminista do cuidado.** 2016, 260 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Recebido: 23/10/2021

Aprovado:12/05/2022